



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
ORÇAMENTO EMPRESARIAL
**COOPERATIVA AGRO PECUÁRIA DE
JACUTINGA LTDA**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2021

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

ORÇAMENTO EMPRESARIAL

**COOPERATIVA AGRO PECUÁRIA DE
JACUTINGA LTDA**

MÓDULO GESTÃO EMPREENDEDORA

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - PROF. LUIZ FERNANDO PANCINE

GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRIBUTOS - PROF. DANILO MORAIS
DOVAL

Estudantes:

ANA CAROLINA C. PINA: RA 1012020200174

DURCILÉIA M. MORAIS: RA 1012020200071

GIOVANNA KEMPE: RA 1012020100151

JULIO CESAR PIZZOL: RA 1012020100621

SANDRA V. DE OLIVEIRA: RA1012020100205

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA	4
3. PROJETO INTEGRADO	5
3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	5
3.1.1 ORÇAMENTO DE VENDAS	6
3.1.2 ORÇAMENTO DAS DESPESAS OPERACIONAIS	8
3.1.3 ORÇAMENTO EMPRESARIAL	10
3.2 GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRIBUTOS	13
3.2.1 LUCRO REAL	17
3.2.2 LUCRO PRESUMIDO	19
3.2.3 SIMPLES NACIONAL	21
4. CONCLUSÃO	24
REFERÊNCIAS	25
ANEXOS	27

1. INTRODUÇÃO

O trabalho abordará a construção de um orçamento empresarial, sua análise e o regime tributário da empresa, relacionando a parte prática com a teoria que foi estudada neste trimestre.

Esses dois assuntos estão efetivamente ligados para uma boa saúde financeira dentro da organização, porém, não se tem como controlar o cenário econômico devido a situação de pandemia apresentada desde o último ano.

Alguns acontecimentos implicam diretamente na alta dos insumos para fabricação de produtos e prestações de serviços, fatores que afetam a gestão tributária e as provisões orçamentárias.

Logo, demonstraremos o processo de elaboração das estimativas das receitas da empresa Coapeja e os fatores que a influenciam, bem como, as projeções das despesas operacionais inerentes as suas operações.

2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A Cooperativa Agro Pecuária de Jacutinga LTDA - COAPEJA, fundada em 11 de abril de 1962 com sede na Rua Santo Antônio nº125, centro de Jacutinga-MG, inscrita no CNPJ 21.429.865/0001-48 e IE 349.068.393.0081 possui, posto de combustíveis; fábrica de ração animal para grande porte e uma ampla e moderna loja agropecuária, onde comercializam defensivos agrícolas, fertilizantes, ração, medicamentos veterinários e ferramentas; oferece também armazenagem e comercialização de café em grão; assistência técnica veterinária e agrônômica qualificada ao produtor rural.

De acordo com o Relatório Anual (2019) a Cooperativa tem mais de 1500 associados, sendo 842 ativos, produtores de café e milho e criadores de gado leiteiro das cidades de Jacutinga, Albertina, Ouro Fino, Inconfidentes, Borda da Mata, Monte Sião e Bueno Brandão. Possui uma filial da loja agropecuária na cidade de Ouro Fino-MG, tem fortes parceiros como SPA SAÚDE oferecendo plano de saúde de qualidade para seus cooperados e dependentes e é inscrita em vários órgãos, dentre eles OCEMG - Sindicato e Organização das Cooperativas de Minas Gerais.

A COAPEJA tem por objetivo a defesa comum dos interesses econômicos de seus associados, unindo os produtores rurais para se fortalecerem nas negociações em conjunto desde a produção até colocar seu produto no mercado para o consumo final. Sua história agrega ao produtor sustentabilidade e viabilidade.

3. PROJETO INTEGRADO

3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento é um dos instrumentos do planejamento, essencial para toda e qualquer empresa, independentemente de ramo, atividade ou lucratividade, é utilizado em empresas nacionais e multinacionais, e é aplicável em empresas de pequeno a grande porte. O orçamento proporciona uma melhor visibilidade do futuro, portanto estabelece as metas que a empresa almeja alcançar e os problemas que deseja evitar. No momento de seu desenvolvimento é válida uma releitura de cada setor da empresa e suas respectivas metas, mas também do mercado externo, que interfere diretamente no futuro das organizações.

Conforme Padoveze (2004, p 128), o orçamento deve conter alguns propósitos gerais como: a) orçamento como sistema de autorização: o orçamento aprovado é um meio de autorização de recursos para todos os setores da empresa; b) um meio para projeções e planejamento, as peças orçamentárias serão utilizadas para os processos de projeções e planejamento permitindo estudos para períodos posteriores; c) um canal de comunicação e coordenação, é um instrumento para comunicar e coordenar os objetivos corporativos e setoriais; d) um instrumento de motivação, ele permite um grau de liberdade de atuação dentro das linhas aprovadas; e) um instrumento para avaliação e controle, avalia o desempenho dos gestores e controla os objetivos corporativos e setoriais; f) uma fonte para a tomada de decisão, por conter os dados previstos e esperados é uma ferramenta fundamental para a tomada de decisão sobre os eventos econômicos diários de responsabilidade dos gestores operacionais.

O orçamento empresarial é dividido em orçamentos específicos, são eles:

1. Orçamento de vendas;
2. Orçamento de produção;
3. Orçamento de matérias-primas;

4. Orçamento de custos totais;
5. Orçamento de despesas gerais;
6. Orçamento de investimentos;
7. Orçamento de caixa;
8. Orçamento de resultado.

Entretanto, não basta apenas fazer o orçamento e não estar a par das situações ao decorrer do processo, sendo essencial controlar e acompanhar o planejamento durante todo o período para que as metas impostas sejam alcançadas.

3.1.1 ORÇAMENTO DE VENDAS

O Orçamento de Vendas estima a receita operacional, organiza e programa a produção visando excelência no atendimento aos clientes, com o propósito de alcançar as metas estabelecidas pelo plano orçamentário. É necessária uma análise de mercado para que possa ser projetada a quantidade de insumos a ser comprada, se será necessária a contratação de funcionários, ou até mesmo se será necessário um corte no quadro de funcionários, entre outras tomadas de decisões; é um setor que movimenta todos os outros setores da empresa, portanto ele é caracterizado como um instrumento muito importante de gestão.

Para que o Orçamento de Vendas seja um aliado da direção, deve-se investir na capacitação e treinamento dessa equipe, pois o foco será, exclusivamente, no cumprimento das metas estabelecidas, sem se deixar levar pela concorrência. No momento de sua execução, leva-se em consideração qual produto será comercializado, quais os canais de distribuição, qual será o tipo de transporte, a data de validade, o tempo de entrega, o estoque, o preço unitário, as exigências da clientela, o que diferencia a empresa da concorrência, saber como chegou no valor final do produto e demonstrar ao cliente, expressa confiabilidade e segurança, além de ser um diferencial da organização.

Um fator primordial, é a estipulação de metas desafiadoras e alcançáveis, que gera engajamento da equipe para o alcance das metas. Este orçamento é muito utilizado pelas grandes corporações operando com softwares avançados que auxiliam na operacionalidade da rotina de vendas, porém é importante que as pequenas empresas compreendam tamanha importância do orçamento e projeção de suas receitas, existem muitas maneiras de organizar o orçamento utilizando, por exemplo, planilhas de Excel que são suficientes para suprir todas as necessidades na elaboração das planilhas.

A Cooperativa em estudo, não trabalha com o orçamento de vendas, ela estipula metas com base no faturamento do último ano, faz uma análise de mercado como preço de commodities, safra de grãos, variação cambial, falta de chuva, taxas de juros, mas não transforma essas informações em plano orçamentário. Todo o controle é feito pelo sistema Hadrion, estoque, vendas, financeiro, fiscal, contábil, produção e industrialização. Na Coapeja é utilizado os três canais de distribuição:

- Venda Direta: quando o produto ou serviço é de consumo final pelos clientes.
- Venda a Varejo: comercialização de produtos de transformação.
- Venda via agentes/ representantes: destaque para commodities.

Com base nesses dados, faremos uma projeção utilizando a taxa Selic Meta (% aa.) prevista pelo Bradesco, pois é uma taxa que influencia fortemente o mercado em geral. Para o ano de 2022 foi utilizada uma taxa de 5,25%, para o ano de 2023 foi projetada uma taxa de 6,50%.

COOPERATIVA AGRO PECUÁRIA DE JACUTINGA LTDA CNPJ: 21.429.865/0001-48 IE: 349.068393.0081 RUA SANTO ANTÔNIO, 125- CENTRO 37.590-000- JACUTINGA/ MG			
Projeção das Receitas 2021 a 2023			
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Ingresso/ Receita Operacional Bruta	R\$ 30.624.843,32	R\$ 32.232.647,59	R\$ 34.327.769,68
(-) Deduções do Ingresso/ Receita Operacional	R\$ 181.367,55	R\$ 190.889,34	R\$ 203.297,14
Ingresso/ Receita Operacional Bruta	R\$ 30.443.475,77	R\$ 32.041.758,25	R\$ 34.124.472,54

Para uma boa gestão da Coapeja é necessário que os dirigentes entendam a importância da elaboração do orçamento de vendas, para que a empresa tenha um melhor desempenho no mercado e possua uma visibilidade de seu futuro empresarial, tendo assertividade nas tomadas de decisão.

3.1.2 ORÇAMENTO DAS DESPESAS OPERACIONAIS

Para Butcher, “o orçamento é como um mapa, que mostra para onde você está indo com sua empresa”.

Passarelli (1991), define orçamento como “ nada mais é do que colocar na frente aquilo que está acontecendo hoje”.

De forma básica o orçamento permite perceber quanto recurso a empresa possui de fato, quanto precisa gastar (custos fixos e variáveis), quanto precisa receber para alcançar as metas. Além disso, ainda permite evitar riscos uma vez que aponta novos investimentos, proporciona a seus colaboradores o entendimento para onde a empresa está caminhando, e com isso se dedicar mais.

Caso a empresa necessite de empréstimos bancários ou receber investimentos, os Bancos e Fundos de Investimentos irão avaliar o orçamento empresarial da organização.

O processo de gestão da empresa caracteriza-se pelo planejamento, execução e controle. De forma mais simples, o orçamento normalmente é realizado em 3 etapas:

- A) Previsão;
- B) Reprojeção;
- C) Controle.

A fase de previsão é o trabalho de cálculo onde se coloca no papel aquilo que a empresa espera e prevê para o exercício futuro. É quando se elabora os quadros orçamentários. Geralmente se inicia de 3 a 6 meses antes do exercício a ser orçado. Nela

verifica-se as condições atuais da conjuntura econômica, políticas de controle de preços, inflação, mercado, e cenários econômicos possíveis.

Na segunda etapa, ou melhor, reprojeção, os dados orçados são enviados aos setores responsáveis e, após feedback das planilhas orçamentárias e respectivas críticas, correções e observações, acertam-se previsões iniciais. Nessa fase, o ideal seria os dados estarem prontos de 1 a 2 meses antes do início do exercício futuro.

Na última etapa, a de controle, verifica-se se os objetivos previstos foram atingidos, analisando variações, desempenho das áreas de responsabilidade e eventuais correções necessárias a serem feitas.

Dentre algumas atividades podemos exemplificar alguns custos fixos: aluguéis, salários, internet, telefonia, taxas do governo e bancos, hospedagem de site, ferramentas contratadas, honorários contábeis e advocatícios, serviços legais, seguros, dentre outros. Ressaltamos que Despesas ou Custos Fixos são aqueles que não sofrem alteração em caso de aumento ou diminuição da produção.

Há ainda os custos variáveis que são: matéria prima, água, gás, energia elétrica, comissões, dentre outros. Custos variáveis são aqueles que se modificam de acordo com a produção. Por fim, ainda pode ocorrer algumas despesas únicas como uma reforma inesperada e consertos de maquinário que não foram previstos.

O Orçamento das Despesas Operacionais é formado pelas despesas administrativas, vendas, tributárias e financeiras, entre todos os gastos do período menos os custos de produção. A relevância desse tipo de orçamento se dá para o desenvolvimento das atividades da organização e para seus controles administrativos.

De forma sucinta, as Despesas Operacionais são os custos responsáveis por manter a empresa funcionando, porém, não ligados à produção. São capazes de afetar a rentabilidade da empresa, assim como o faturamento. O controle desses gastos é de suma importância pois demandam boa parte dos gastos da empresa.

Todavia, não devemos esquecer que o orçamento das despesas operacionais é realizado levando-se em conta as receitas estimadas no orçamento de vendas. Logo, as despesas orçadas e “fixadas” nunca devem ser superiores às receitas previstas.

Há todo um estudo dos gestores de departamentos, Contador e Controller da empresa visando o orçamento adequado e pretendido pela instituição. Há muitas variáveis de mercado e índices que estão atrelados às projeções.

Na Coapeja utilizamos alguns indicadores para certas atividades, citamos como exemplo para armazenagem de café, onde há aluguel de espaço, o índice do IGP-M(FGV), onde para o exercício de 2021, havia uma projeção de 8,62% conforme o Relatório de Projeções para longo prazo do Banco Bradesco. Para venda defensivos agrícolas, fertilizantes, ração e medicamentos veterinários, que possuem muitos insumos importados em suas fórmulas, levamos em conta as médias das variações cambiais, ou seja, para 2021, R\$ 5,36

Em sinergia a tudo isso, há o cenário de mercado, levamos em consideração a taxa de desemprego de 14,60% em 2021, pois, mais desempregados, menos consumo, portanto, menos receitas. Há também o crescimento do PIB, onde analisamos sua evolução através dos índices do setor agropecuário (2% em 2021), setor de serviços (3,80% em 2021). Leva-se em conta ainda a Taxa de Crescimento da Massa Salarial do IBGE, que para 2021 estava em 6,60% conforme as projeções do Bradesco.

Mesmo a tudo isso, com análise e reanálise dos profissionais da cooperativa, há o conhecimento empírico dos colaboradores de campo, que conhecem a realidade dos pequenos produtores e comerciantes da nossa região.

3.1.3 ORÇAMENTO EMPRESARIAL

Foi elaborada uma projeção levando-se em conta o período anual das receitas e despesas dos exercícios de 2021 a 2023.

Como metodologia de cálculo, utilizou-se o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, pois engloba uma parcela maior da população, consumidores em potencial. Também é o índice oficial da inflação do país, onde o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística faz um levantamento mensal em 13 áreas urbanas do Brasil, comparando 430 mil preços em 30 mil locais com os preços do mês anterior. Em 2021 o índice foi de 3,90%, em 2022 foi 3,50% e 2023 3,25%.

A Cooperativa também considera em suas projeções, embora de modo empírico, não lançado em planilhas, o IGP-M para a armazenagem de café para seus cooperados, a variação cambial e oscilação de mercado em decorrência da aquisição e vendas de fertilizantes, defensivos agrícolas e medicamentos veterinários para comercialização em suas lojas agropecuárias.

Há ainda a Taxa de Desemprego, crescimento do PIB e Crescimento da Massa Salarial na análise das projeções dos orçamentos. Contudo, é essencial o conhecimento dos pequenos e médios produtores, sua realidade e necessidades para a elaboração do orçamento.

Devido o mercado atual está apresentando instabilidade econômica, sem perspectiva clara de crescimento, pois, a pandemia já se estende por um ano, havendo uma piora no aumento de casos em 2021, atrelada a uma vacinação embora já iniciada porém lenta, para 2021 a 2023, a Cooperativa de modo prudente e conservador projetou o seu crescimento levando-se em conta somente a inflação, isso garantirá a sua manutenção no mercado.

Havendo um reaquecimento do mercado e mudança no panorama de saúde do país, a Cooperativa sempre estará revisando suas projeções mercadológicas, como exemplo citamos a folha de pagamento, que foi projetada apenas com o índice próximo ao dissídio e sem previsão de futuras contratações.

COOPERATIVA AGRO PECUÁRIA DE JACUTINGA LTDA			
CNPJ:21.429.865/0001-48 IE:349.068393.0081			
RUA SANTO ANTÔNIO, 125 - CENTRO			
37.590-000 - JACUTINGA / MG			
Demonstrações das Sobras ou Perdas			
Exercício de 2020			
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
Ingresso / Receita Operacional Bruta	27.727.718,66	27.935.841,58	30.624.843,32
(-) Deduções do Ingresso / Receita Operacional	-118.953,68	-188.810,64	-181.367,55
Ingresso / Receita Operacional Líquida	27.608.764,98	27.747.030,94	30.443.475,77
(-) Dispendios / Despesas C/ Prod. Merc. e Serviços - Custos	-25.415.151,23	-25.465.175,74	-27.604.621,32
Sobra Bruta	2.193.613,75	2.281.855,20	2.838.854,45
(-) Dispendios / Despesas Operacionais	-2.639.294,76	-2.512.839,22	-2.536.432,02
(+) Outros Ingressos / Receitas Operacionais	531.103,09	506.064,26	1.289.545,05
(-) Outros Dispendios / Despesas Operacionais	-83.737,10	-47.484,86	0,00
Sobra / Perda antes das Receitas / Despesas Financeiras	-18.315,02	227.575,38	1.591.967,48
(+) Ingressos / Receitas Financeiras	333.334,65	305.998,53	331.922,99
(-) Dispendios / Despesas Financeiras	-881.397,43	-1.022.029,64	-1.052.959,93
Sobra / Perda Operacional Líquida	-566.377,80	-488.455,73	870.930,54
(+) Receitas Não Operacionais	276.638,12	700.008,38	37.711,08
(-) Despesas Não Operacionais	-203.074,37	-829.129,23	-44.672,00
Sobra / Perda Líquida antes do IRPJ / CSLL	-492.814,05	-617.576,58	863.969,62
(-) IRPJ	0,00	0,00	0,00
(-) CSLL	0,00	0,00	0,00
Sobra / Perda Líquida do Exercício	-492.814,05	-617.576,58	863.969,62
(-) Sobras do Exercício em curso PL	0,00	650.000,00	0,00
(-) Perdas Parciais Cobertas P/ Reserva Legal	78.645,32	0,00	0,00
(+) Perdas Liq. Exerc. Transf. P/ Perdas a Restituir Realizável L. Prazo	414.168,73	0,00	0,00
(-) Perdas Parciais Exerc. 2018 Cobertas C/ Sobras Liq. Exerc. 2019	0,00	-32.423,42	0,00
(-) Perdas Restantes Exerc. 2018 Cobertas C/ Sobras Liq. Exerc. 2020	0,00	0,00	-381.745,31
(-) Constituição Reserva Legal 10% Art. 59 -A- Estatuto Social	0,00	0,00	-48.222,43
(-) Constituição FATES 5% Art. 59 - B- Estatuto Social	0,00	0,00	-24.111,21
Sobra / Perda P/ Destinação da AGO	0,00	-0,00	409.890,67

COOPERATIVA AGRO PECUÁRIA DE JACUTINGA LTDA			
CNPJ:21.429.865/0001-48 IE:349.068393.0081			
RUA SANTO ANTÔNIO, 125 - CENTRO			
37.590-000 - JACUTINGA / MG			
Projeções da DRE, Orçamentos de 2021 a 2023			
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Ingresso / Receita Operacional Bruta	31.819.212,21	32.932.884,64	34.003.203,39
(-) Deduções do Ingresso / Receita Operacional	-188.440,88	-195.036,32	-201.375,00
Ingresso / Receita Operacional Líquida	31.630.771,33	32.737.848,32	33.801.828,39
(-) Dispendios / Despesas C/ Prod. Merc. e Serviços - Custos	-28.681.201,55	-29.685.043,61	-30.649.807,52
Sobra Bruta	2.949.569,77	3.052.804,72	3.152.020,87
(-) Dispendios / Despesas Operacionais	-2.635.352,87	-2.727.590,22	-2.816.236,90
(+) Outros Ingressos / Receitas Operacionais	1.339.837,31	1.386.731,61	1.431.800,39
(-) Outros Dispendios / Despesas Operacionais	0,00	0,00	0,00
Sobra / Perda antes das Receitas / Despesas Financeiras	1.654.054,21	1.711.946,11	1.767.584,36
(+) Ingressos / Receitas Financeiras	344.867,99	356.938,37	368.538,86
(-) Dispendios / Despesas Financeiras	-1.094.025,37	-1.132.316,26	-1.169.116,53
Sobra / Perda Operacional Líquida	904.896,83	936.568,22	967.006,69
(+) Receitas Não Operacionais	39.181,81	40.553,18	41.871,15
(-) Despesas Não Operacionais	-46.414,21	-48.038,71	-49.599,96
Sobra / Perda Líquida antes do IRPJ / CSLL	897.664,44	929.082,69	959.277,88
(-) IRPJ	0,00	0,00	0,00
(-) CSLL	0,00	0,00	0,00
Sobra / Perda Líquida do Exercício	897.664,44	929.082,69	959.277,88
(+) Sobras do Exercício em curso PL	0,00	0,00	0,00
(+) Perdas Parciais Cobertas P/ Reserva Legal	0,00	0,00	0,00
(+) Perdas Liq. Exerc. Transf. P/ Perdas a Restituir Realizável L. Prazo	0,00	0,00	0,00
(-) Perdas Parciais Exerc. 2018 Cobertas C/ Sobras Liq. Exerc. 2019	0,00	0,00	0,00
(-) Perdas Restantes Exerc. 2018 Cobertas C/ Sobras Liq. Exerc. 2020	-396.633,38	-410.515,55	-423.857,30
(-) Constituição Reseva Legal 10% Art. 59 - A- Estatuto Social	-50.103,10	-51.856,71	-53.542,06
(-) Constituição FATES 5% Art. 59 - B - Estatuto Social	-25.051,55	-25.928,35	-26.771,02
Sobra / Perda P/ Destinação da AGO	425.876,41	440.782,08	455.107,50

3.2 GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRIBUTOS

O Estado tem como objetivo garantir o bem estar social de todos, disponibilizando saúde pública, segurança, educação, saneamento básico e etc. Para cumprir seus objetivos necessita de recursos financeiros para financiar suas despesas e uma das principais fontes desses recursos vem da receita tributária que podem ser nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

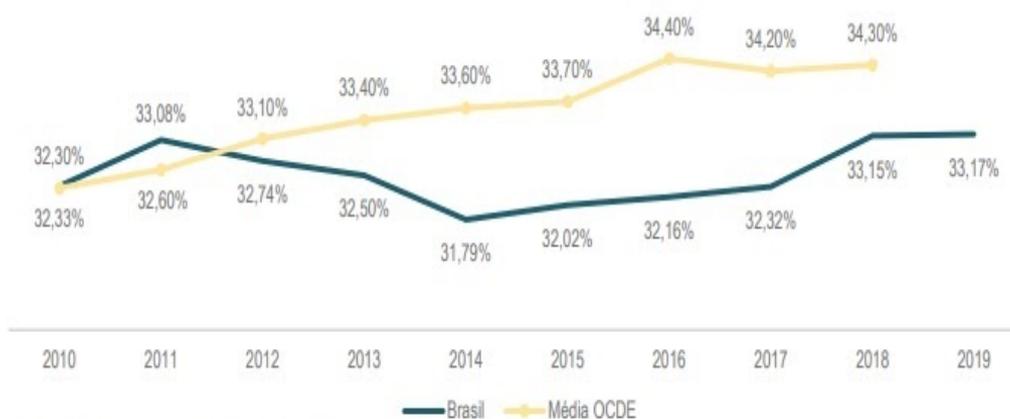
Gráfico 1. Carga Tributária Bruta por esfera de governo - Brasil - Anual - % do PIB - 2010 a 2019



Fonte: STN

A carga tributária brasileira é relativamente alta conforme aponta estudo feito em dezembro de 2018 pela Instituição Fiscal Independente que analisa a situação tributária do Brasil em relação aos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Gráfico 2. Evolução da Carga Tributária Bruta – Governo Geral – Brasil e Média da OCDE - Anual - % do PIB - 2010 a 2019



Fonte: STN e OCDE - Revenue Statistics. Dados da OCDE disponíveis até 2018. Média composta por 36 países

De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, dos 30 países com maior carga tributária, o Brasil tem o pior resultado se compararmos o PIB (Produto Interno Bruto) com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) conforme gráfico apresentado abaixo:

DESCRIMINAÇÃO	IRBES - ÍNDICE DE RETORNO AO BEM ESTAR DA SOCIEDADE				
	RANKING	ANO 2015	ANO 2015	ÍNDICE OBTIDO	RESULTADO
30 PAÍSES DE MAIOR TRIBUTAÇÃO	C.T SOBRE O PIB	IDH	IRBES	RANKING	RANK. ANTERIOR
IRLANDA	23,10%	0,923	166,89	1º	5º
ESTADOS UNIDOS	26,20%	0,920	163,07	2º	3º
SUIÇA	27,70%	0,939	162,96	3º	1º
CORÉIA DO SUL	25,20%	0,901	162,61	4º	2º
AUSTRÁLIA	28,20%	0,939	162,39	5º	4º
JAPÃO	30,70%	0,903	156,45	6º	7º
CANADÁ	32,00%	0,920	156,40	7º	6º
ISRAEL	31,30%	0,899	155,42	8º	9º
REINO UNIDO	32,50%	0,909	154,89	9º	10º
NOVA ZELÂNDIA	33,00%	0,915	154,83	10º	8º
NORUEGA	37,40%	0,949	152,66	11º	16º
URUGUAI	27,00%	0,795	151,53	12º	14º
REPÚBLICA TCHECA	33,30%	0,878	151,34	13º	15º
ESPAÑA	33,80%	0,884	151,27	14º	12º
ISLÂNDIA	36,70%	0,921	151,08	15º	21º
ALEMANHA	37,10%	0,926	151,05	16º	11º
ESLOVÁQUIA	32,30%	0,845	149,68	17º	13º
LUXEMBURGO	36,80%	0,898	149,01	18º	19º
ESLOVÊNIA	36,60%	0,890	148,56	19º	18º
ARGENTINA	32,10%	0,827	148,38	20º	17º
GRÉCIA	36,40%	0,866	146,75	21º	20º
DINAMARCA	43,90%	0,925	143,14	22º	24º
BÉLGICA	42,80%	0,896	141,94	23º	22º
ÁUSTRIA	42,70%	0,893	141,80	24º	23º
ITÁLIA	42,30%	0,887	141,75	25º	27º
SUÉCIA	44,01%	0,910	141,74	26º	28º
FRANÇA	43,20%	0,897	141,57	27º	26º
HUNGRIA	39,00%	0,836	141,21	28º	25º
FINLÂNDIA	42,90%	0,895	141,74	29º	21º
BRASIL	33,36%	0,754	140,74	30º	30º

CARGA TRIBUTÁRIA 2015 - FONTE OCDE

A tabela acima nos permite pensar se os tributos arrecadados pelo Estado estão sendo adequadamente distribuídos.

As empresas brasileiras sofrem com a pesada carga tributária imposta sobre elas e, muitas dessas empresas acabam encerrando suas atividades por não suportarem a grande quantidade de tributos. Entre os principais estão:

TRIBUTOS FEDERAIS

- II - Imposto de Importação;
- IOF – Imposto sobre Operações Financeiras;
- IPI – Impostos sobre Produtos Industrializados;
- IRPJ – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;
- CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido;
- PIS – Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público;
- COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;
- IRPF – Imposto de Renda da Pessoa Física;
- ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural;
- CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico;
- INSS – Instituto Nacional do Seguro Social;
- FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

TRIBUTOS ESTADUAIS

- ICMS – Impostos sobre Circulação de Mercadoria e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Telecomunicações;
- ITCMD – Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação;
- IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

TRIBUTOS MUNICIPAIS

- ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Inter Vivos;
- IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana.

É muito importante que a empresa faça uma análise de qual regime tributário ela se enquadra, um planejamento tributário adequado para enxergar qual trará uma carga mais leve de tributos evitando um impacto desnecessário em sua receita. Dentre os regimes tributários estão: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional.

A Coapeja, empresa em estudo, é optante pelo regime tributário Lucro Real e ela tem benefícios fiscais em relação à redução ou isenção de alguns impostos.

3.2.1 LUCRO REAL

Lucro Real é a regra geral para apuração do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Pessoa Jurídica (PJ).

Conforme o artigo 247 do RIR/99 lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Decreto (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º).

Existem algumas vantagens no regime de tributação Lucro Real:

- a) uma tributação mais justa de acordo com o lucro real do negócio,
- b) compensação de prejuízos fiscais,
- c) aproveitamento de créditos de PIS e COFINS,
- d) apuração de lucro trimestral ou anual,
- e) pagamento de imposto apenas se houver lucro.

As alíquotas de PIS (1,65%) e COFINS (7,60%) são calculadas com base no faturamento deduzidas os valores das compras, a compensação é feita mês a mês.

O IRPJ de 15% e o CSLL de 9% é um imposto sobre o lucro, se houver. A base de cálculo é o lucro líquido considerando adições e exclusões.

A Coapeja é optante pelo regime tributário Lucro Real e usufrui de alguns benefícios fiscais, dentre eles a isenção do IRPJ e CSLL por não objetivar lucro conforme lei 5764/71:

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

O fato gerador do IRPJ e CSLL ocorre apenas para atos não cooperativos (operações de vendas e serviços para não cooperados).

E lei 10.864/04:

Art. 39º As sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica, relativamente aos atos cooperativos, ficam isentas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

De acordo com o art.59-A do seu Estatuto Social e Artigo 28, inciso I da lei 5.764/71, a Coapeja destina 10% das sobras líquidas para Reserva Legal e 5% para o FATES conforme art.59-B do Estatuto Social e Artigo 28, Inciso II da lei 5.764/71.

Existe um livro próprio para o controle das adições, exclusões e compensação do Lucro Real chamado de LALUR “Livro de Apuração do Lucro Real”. O LALUR é dividido em duas partes: “A” onde são discriminados os ajustes por data ao Lucro Real, como as despesas indedutíveis, valores excluídos e a Demonstração do Lucro Real. “B” onde inclui valores que afetarão o Lucro Real de períodos futuros como prejuízos a compensar e depreciação acelerada incentivada.

Conforme Lei 1.598/1977, artigo 6º § 2º, podem ser adicionados ao lucro líquido:

a) os custos, despesas, encargos, perdas, provisões, participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação tributária, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real;

b) os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação tributária, devam ser computados na determinação do lucro real.

Conforme Lei 1.598/1977, artigo 6º § 3º, podem ser excluídos ao lucro líquido:

a) os valores cuja dedução seja autorizada pela legislação tributária e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do exercício;

b) os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação tributária, não sejam computados no lucro real;

c) os prejuízos de exercícios anteriores, observado o disposto no artigo 64.

Toda a escrituração contábil da Coapeja em que são demonstrados os ajustes do lucro líquido do exercício, a demonstração do lucro real, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e o controle dos prejuízos a compensar são feitos digitalmente no ECD (Escrituração Contábil Digital) e ECF (Escrituração Contábil Fiscal).

3.2.2 LUCRO PRESUMIDO

Lucro Presumido é um método de tributação simplificada que presume o lucro da pessoa jurídica a partir da receita bruta e outras receitas sujeitas à tributação para determinar a base de cálculo do Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. É um lucro já tabelado sobre padrões de porcentagem aplicados sobre a Receita Operacional Bruta (ROB), é uma aproximação fiscal e não o lucro contábil efetivo.

A base no cálculo da CSLL corresponde a 12% da receita bruta para atividades comerciais, industriais, serviços hospitalares e de transporte e 32% para prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares e transporte; intermediação de negócios; e administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza.

Para determinação do IRPJ podemos seguir as alíquotas conforme tabela:

Espécies de atividades	Percentuais sobre a receita
Revenda a varejo de combustíveis e gás natural	1,6%
<ul style="list-style-type: none"> • Venda de mercadorias ou produtos • Transporte de cargas • Atividades imobiliárias • Serviços hospitalares • Atividade Rural • Industrialização com materiais fornecidos pelo encomendante • Outras atividades não especificadas (exceto prestação de serviços) 	8 %
<ul style="list-style-type: none"> • Serviços de transporte (exceto o de cargas) • Serviços gerais com receita bruta até R\$ 120.000/ano 	16%
<ul style="list-style-type: none"> • Serviços profissionais (médicos, dentistas, advogados, contadores, auditores, engenheiros, consultores, economistas, etc.) • Intermediação de negócios • Administração, locação ou cessão de bens móveis/imóveis ou direitos • Serviços de construção civil, quando a prestadora não empregar materiais de sua propriedade nem se responsabilizar pela execução da obra (ADN Cosit 6/97). • Serviços em geral, para os quais não haja previsão de percentual específico 	32%
No caso de exploração de atividades diversificadas, será aplicado sobre a receita bruta de cada atividade o respectivo percentual	1,6 a 32%

Depois de identificar a base de cálculo, o segundo passo é aplicar as alíquotas dos impostos sobre ela, do IRPJ 15% e 10% sobre a parcela que exceder a R\$20.000,00 (vinte mil reais) por mês e do CSLL 9%.

Embora o regime seja uma escolha do empreendedor, ele é bastante optado por ser um regime simplificado, menos complexo e também por já ter uma estratégia tributária, pois pode ser muito econômico para a empresa e se não sair das regras é uma ótima ferramenta de planejamento tributário.

3.2.3 SIMPLES NACIONAL

O Simples Nacional é uma espécie de tributação para microempresas e empresas de pequeno porte que substituiu o Simples, que foi instituído pela lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e entrou em vigor em 1º de julho de 2007. Ele é uma forma simplificada de tributação que recolhe todos os tributos em uma única guia que é o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Este regime é composto por oito diferentes impostos unificados que são:

1. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
2. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);
3. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
4. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
5. Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS);
6. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e os de comunicação (ICMS);
7. Contribuição para o Programa de Integração e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP);
8. Contribuição Previdenciária Patronal (CPP)

Desses oito impostos quatro são da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), dois dos Estados e do Distrito Federal e dois são dos Municípios, ou seja, abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

O valor máximo para não sair do enquadramento Simples Nacional é de R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e o valor das alíquotas variam de acordo com a Receita Bruta Total (RBT 12) conforme as tabelas que seguem abaixo:

COMÉRCIO

Faixa	Alíquota	Valor a Deduzir (em R\$)	Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)
1ª Faixa	4,00%	-	Até 180.000,00
2ª Faixa	7,30%	5.940,00	De 180.000,01 a 360.000,00
3ª Faixa	9,50%	13.860,00	De 360.000,01 a 720.000,00
4ª Faixa	10,70%	22.500,00	De 720.000,01 a 1.800.000,00
5ª Faixa	14,30%	87.300,00	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00
6ª Faixa	19,00%	378.000,00	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00

INDÚSTRIA

Faixa	Alíquota	Valor a Deduzir (em R\$)	Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)
1ª Faixa	4,50%	-	Até 180.000,00
2ª Faixa	7,80%	5.940,00	De 180.000,01 a 360.000,00
3ª Faixa	10,00%	13.860,00	De 360.000,01 a 720.000,00
4ª Faixa	11,20%	22.500,00	De 720.000,01 a 1.800.000,00
5ª Faixa	14,70%	85.500,00	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00
6ª Faixa	30,00%	720.000,00	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Faixa	Aliquota	Valor a Deduzir (em R\$)	Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)
1ª Faixa	6,00%	-	Até 180.000,00
2ª Faixa	11,20%	9.360,00	De 180.000,01 a 360.000,00
3ª Faixa	13,50%	17.640,00	De 360.000,01 a 720.000,00
4ª Faixa	16,00%	35.640,00	De 720.000,01 a 1.800.000,00
5ª Faixa	21,00%	125.640,00	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00
6ª Faixa	33,00%	648.000,00	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00

Esse tratamento tributário favorece o pequeno empreendedor, pois de forma simplificada e taxa de impostos menores ajuda o empreendedor crescer.

4. CONCLUSÃO

Ao realizar a pesquisa para a construção do PI foi possível aprimorar, aprofundar os conhecimentos e fixar a importância da gestão orçamentária dentro das organizações.

Pode ser observado, que quando é utilizado a gestão de orçamentos dentro do processo de direção da empresa, a tomada de decisão é efetuada de forma mais assertiva, podendo ser analisado todo processo, para que assim sejam sanadas possíveis irregularidades e no futuro não haja maiores problemas.

Para implementar corretamente o processo de gestão orçamentária, é preciso o envolvimento de vários setores da empresa, trabalhando em conjunto para poder obter a maior quantidade de informação para melhor gerenciamento. Os dados se transformam em informações e estas em conhecimento, proporcionando uma direção à empresa..

A gestão orçamentária possibilita à empresa rever possíveis inconsistências e corrigi-las para os próximos períodos, podendo estimar valores futuros e implementar metas para o desenvolvimento e expansão da empresa.

A análise de regime tributário é também de extrema importância, pois, irá influenciar financeiramente cada empresa, por esse motivo a opção a ser escolhida tem que ser bem analisada e se adequar ao porte e ramo de atividade visando custos e benefícios.

Quando optado pelo regime correto, o planejamento tributário torna a carga de tributos menor, não acarretando dificuldades à empresa e assim ajudando no seu crescimento.

REFERÊNCIAS

Estatuto Social da Cooperativa Agro Pecuária de Jacutinga LTDA, registrado na Junta Comercial do estado de Minas Gerais sob o nº6515907 em 21/02/2018;

<https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-do-orcamento-para-as-empresas> acesso em 22/03/2021;

<https://blog.runrun.it/como-fazer-um-orcamento-empresaria/> consultado em 21/02/2021;

<https://ibpt.com.br/estudo-sobre-carga-tributaria-pib-x-idh-calculo-do-irbes/> acesso em 21/03/2021;

<https://itrefresh.com.br/como-elaborar-e-calcular-o-orcamento-das-despesas-operacionais-do-seu-negocio/>;

http://ri.uepg.br/riuepg/bitstream/handle/123456789/942/EVENTO_AimportanciadoOr%C3%A7amento.pdf?sequence=1 acesso em 22/03/2021;

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:32076 acesso em 21/03/2021;

<https://www.agendor.com.br/blog/projecao-de-vendas/>;

<https://www.economiaemdia.com.br/SiteEconomiaEmDia/Projecoes/Longo-Prazo/>;

<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php> acesso em 03/04/2021;

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11900808/artigo-247-do-decreto-n-3000-de-26-de-marco-de-1999> acesso em 21/03/2021;

<https://www.treasy.com.br/blog/como-elaborar-orcamento-de-vendas/>;

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/L10.865.htm#art39 acesso em 21/03/2021;

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1598.htm acesso em 24/03/2021;

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm acesso em 21/03/2021;

<https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/topicos-especiais> acesso em 21/03/2021;

<https://www.zemoleza.com.br/trabalho-academico/humanas/contabilidade/orcamento-de-despesas-operacionais/#:~:text=O%20or%C3%A7amento%20das%20despesas%20operacionais,tamb%C3%A9m%20para%20o%20controle%20administrativos;>

Relatório Anual Coapeja, exercício 2019.

ANEXOS

ANEXO 1



ANEXO 2

	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021*	2022*	2023*	2024*
ATIVIDADE										
Crescimento Real do PIB (% aa.)	-3,54	-3,28	1,32	1,80	1,41	-4,50	3,60	3,00	3,00	3,00
Agropecuária (%)	3,30	-5,20	14,20	1,30	0,63	2,50	2,00	3,50	3,50	3,50
Indústria (%)	-5,80	-4,60	-0,50	0,70	0,37	-4,00	3,90	3,00	3,00	3,00
Serviços (%)	-2,70	-2,30	0,80	2,10	1,66	-5,00	3,80	3,00	3,00	3,00
PIB Nominal (R\$ bilhões)	5.995,8	6.269,3	6.585,5	7.004,1	7.407,0	7.478,1	8.142,2	8.780,6	9.446,6	10.139,1
População - milhões	204,45	206,08	207,66	209,19	210,66	212,08	213,44	214,75	216,00	217,19
PIB per capita - R\$	29.326	30.422	31.713	33.483	35.161	35.261	38.147	40.888	43.734	46.683
Vendas no varejo - Restrita (%)	-4,30	-6,20	2,00	2,30	1,90	1,20	5,80	3,20	3,20	3,20
Produção Industrial (%)	-8,30	-6,40	2,50	1,00	-1,10	-4,50	4,90	3,00	3,00	3,00
Taxa de desemprego (% - média) - Pnad Contínua	8,50	11,50	12,70	12,26	11,90	13,20	14,60	14,10	13,90	13,70

Taxa de Crescimento da Massa Salarial - IBGE (%)	0,35	-4,07	2,55	2,66	2,50	-3,00	6,60	3,53	3,22	3,22
Rendimento médio real - IBGE (%)	0,12	-2,29	2,60	1,20	0,60	4,30	3,00	2,00	2,00	2,00
INFLAÇÃO E JUROS										
IPCA (IBGE) - % aa.	10,67	6,29	2,95	3,75	4,31	4,52	3,90	3,50	3,25	3,00
IGP-M (FGV) - % aa.	10,54	7,17	-0,52	7,54	7,30	23,14	8,62	4,10	3,80	3,50
Taxa Selic Meta (% aa.)	14,25	13,75	7,00	6,50	4,50	2,00	4,00	5,25	6,50	6,50
CDI (% aa.) - Taxa dezembro	14,14	13,63	6,99	6,40	4,59	1,90	3,90	5,15	6,40	6,40
Taxa Selic nominal (acumulado 12 meses) %	13,29	14,03	9,96	6,42	5,95	2,76	2,84	4,75	5,81	6,45
Taxa Selic real / IPCA (acumulado 12 meses) %	2,36	7,28	6,81	2,58	1,57	-1,68	-1,02	1,20	2,48	3,35
Taxa Selic real / IGP-M (acumulado 12 meses) %	2,48	6,40	10,53	-1,04	-1,27	-16,55	-5,32	0,62	1,94	2,85
TJLP (% aa.) - acumulado no ano	6,25	7,50	7,12	6,72	6,20	4,87	5,55	5,80	5,80	5,80
EXTERNO E CÂMBIO										
Câmbio (R\$/US\$) - (Média Ano)	3,33	3,49	3,19	3,65	3,95	5,15	5,36	5,34	5,41	5,47
Câmbio (R\$/US\$) - (Final de período)	3,90	3,26	3,31	3,87	4,03	5,20	5,30	5,38	5,44	5,50
Exportações (em US\$ Bilhões)	190,09	184,31	218,07	239,54	225,82	210,67	238,95	250,22	236,61	248,44
Importações (em US\$ Bilhões)	172,42	139,68	154,11	186,49	185,35	167,44	185,92	190,21	196,57	206,39
Balança Comercial (em US\$ Bilhões)	17,67	44,63	63,96	53,05	40,47	43,23	53,03	60,01	40,05	42,05
Saldo em Trans. Correntes (% do PIB)	-3,03	-1,35	-0,73	-2,17	-2,70	-0,86	-0,87	-0,95	-2,11	-2,09
Saldo em Trans. Correntes (US\$ bilhões)	-54,47	-24,23	-15,01	-41,54	-50,70	-12,52	-13,19	-15,60	-36,87	-38,71
Reservas Internacionais (em US\$ bilhões)	368,74	372,22	381,97	386,96	356,88	353,31	359,67	366,14	372,73	379,44
Investimento Direto no País (em US\$ bilhões)	64,74	74,29	68,89	78,16	69,17	34,17	49,00	60,72	68,06	70,10
Resultado Primário (% do PIB) - Fim do período	-1,86	-2,48	-1,68	-1,55	-0,84	-9,40	-3,01	-1,80	-1,19	-0,64
Déficit nominal sem câmbio (% PIB)	10,22	8,98	7,77	6,96	5,79	13,58	6,06	5,82	5,53	4,97
Dívida bruta (% PIB)	65,50	69,84	73,72	75,27	74,26	89,28	90,24	91,37	91,99	92,04

Taxa de Câmbio - US\$/Euro - Fim do Período	1,09	1,05	1,20	1,15	1,12	1,22	1,22	1,24	1,26	1,28
Taxa de Câmbio - US\$/Euro - Média ano	1,10	1,10	1,14	1,18	1,12	1,15	1,22	1,23	1,25	1,27
Taxa de Câmbio - R\$/Euro - Fim do Período	4,24	3,43	3,97	4,44	4,52	6,34	6,47	6,67	6,86	7,04
Taxa de Câmbio - R\$/Euro - Média ano	3,68	3,85	3,64	4,31	4,41	5,91	6,54	6,57	6,77	6,95
CRÉDITO										
Crédito Geral (Cresc. em % aa.)	7,03	-3,46	-0,40	5,14	6,54	15,51	8,04	9,24	9,79	9,96
Índice de Inadimplência Pessoa Física (em %)	6,18	6,05	5,23	4,79	4,98	4,17	5,00	4,80	4,50	4,50
Índice de Inadimplência Pessoa Jurídica (em %)	4,42	5,17	4,52	2,73	2,12	1,44	2,20	2,00	1,80	1,80
Crédito Livres total (Cresc. em % aa.)	4,19	-4,86	1,92	10,90	14,09	16,71	11,79	12,00	12,73	12,78

As projeções econômicas do Depec são reavaliadas todo início de mês.

Em momentos de maior volatilidade, o grau de incerteza e a margem de erro se elevam, especialmente entre períodos de revisão. As projeções refletem a premissa de que os ajustes necessários para a economia serão feitos nos próximos anos. Caso os ajustes não se confirmem, ou sejam ainda melhores do que o esperado, pode haver grande alteração nas projeções do cenário.

Última atualização do cenário: 26/02/2021